



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

Dezembro de 2025



Sumário

1.0 Apresentação	3
2.0 Ente	3
3.0 Unidade Gestora	3
4.0 Governança	4
4.1 Gestão de Recursos do RPPS	4
4.2 Comitê de Investimentos do RPPS	4
4.3 Colegiado Deliberativo do RPPS	4
4.4 Colegiado de Fiscalização do RPPS	5
5.0 Forma de Gestão e Assessoramento:	5
6.0 Introdução	5
7.0 Meta de Rentabilidade	6
7.1 Índice de referência	6
7.2 Taxa de Juros Real	6
8.0 Objetivos da Política de Investimentos	7
8.1 Objetivo Geral	7
8.2 Objetivos Específicos	7
9.0 Vigência	7
10 Processo de Seleção de Fundos de Investimentos (gestores)	7
11 Consultoria de Investimentos	8
Atribuições	8
12 Processo para Credenciamento de Instituições Financeiras	8
Fase da Habilitação	8
Fase de Qualificação	8
Fase de Alocação	9
13 Diretrizes para Alocação de Recursos	9
Segmento de Renda Fixa - Ativos Elegíveis	9
Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados - Ativos Elegíveis	9
Segmento de Imóveis	9
Investimentos Exterior - Ativos Elegíveis	9
Consignados	9
14 Limites Gerais	10
15 Avaliação do Cenário Macroeconômico	10
15.1 Cenário macroeconômico para 2025	11
15.2 Cenário Internacional	12
15.3 Cenário Doméstico (Brasil)	15
16 Quadro de alocações	19
17 Gestão dos riscos	20
18 Controles Internos	20
19 Restrições de Investimentos	20
20 Considerações finais	21



1.0 Apresentação

A elaboração da Política de Investimentos para o ano de 2025 visa não só nortear a aplicação dos recursos do FUNPRECAM, como também atender as exigências legais de acordo com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.963 de 25/11/2021 e suas alterações, bem como a Portaria do Ministério da Previdência Social nº 1.467/2022 e suas alterações.

Para elaboração deste documento, a equipe do Comitê de Investimentos do FUNPRECAM levou em consideração os cenários macroeconômicos, setoriais e políticos projetados pelo mercado, bem como os seus riscos associados. Serviram de base também, as publicações do Banco Central, (as atas da reunião do Comitê de Política Monetária - Copom e o boletim Focus), além de relatórios disponíveis sobre o Mercado Financeiro produzidos por diferentes instituições que operam no mercado.

O artigo 5º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963 de 25/11/2021, determina que a política anual de investimentos passa a vigorar após ser devidamente aprovada pelo órgão superior competente do RPPS que, de acordo com a legislação do município, cabe ao Conselho Deliberativo.

Já a Portaria MTP nº 1.467/2022 disciplina no § 4º, do Art. 101, que as informações relativas às políticas de investimentos deverão ser encaminhadas à SPREV por meio do Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN, acompanhado do envio do documento que comprove a sua elaboração e aprovação pelo conselho deliberativo, conforme modelo e instruções de preenchimento disponibilizados pela SPREV na página da Previdência Social na Internet.

Define ainda no art. Art. 241, IV, a, que o Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN relativo ao exercício seguinte, deverá ser encaminhado até o dia 31 de dezembro de cada exercício, acompanhado do documento da política de investimentos correspondente.

2.0 Ente

Município de Camaragibe, inscrito no CNPJ 08.260.663/0001-57, tendo sua administração executiva sediada à Av. Dr. Belmino Correia, 3038, Timbi, Camaragibe, Pernambuco, CEP 54768-000, tendo como representante legal o Sr. Diego Cabral, prefeito municipal, que iniciará a sua gestão em 01/01/2025.

3.0 Unidade Gestora

Administrado pelo Fundo Previdenciário do Município de Camaragibe - FUNPRECAM, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.329.025/0001-45, com sede à Av. Doutor Belmino Correia, 567, bairro novo do Carmelo, Camaragibe, Pernambuco, CEP 54762-303; tendo como representante legal a Sra. Daniele da Silva Ferreira, Servidora Efetiva, no cargo de Diretora de Previdência;



4.0 Governança

4.1 Gestão de Recursos do RPPS

Os gestores de recursos do RPPS são servidores efetivos, representados por:

- Daniele da Silva Ferreira, Proponente da Operação, já qualificada anteriormente;
- Lucas Correia de Andrade, presidente do comitê de investimentos, aqui Responsável Gestor de recursos do RPPS;
- Paulo Roberto Rodrigues Valença, Assistente Administrativo e Financeiro, do FUNPRECAM, aqui responsável pela liquidação da operação;

4.2 Comitê de Investimentos do RPPS

Os Membros do Comitê de Investimentos do RPPS são servidores efetivos, representados por:

Titulares:

- Lucas Correia de Andrade (Presidente),
- Ana Maria Baptista Barbosa
- Daniele da Silva Ferreira,
- Maria Amélia Fonseca de Lira Gomes,
- Paulo Roberto Rodrigues Valença;

Suplentes:

- Cláudia Patrícia Fernandes de Medeiros,
- Maria Bernadete de Andrade Luz,
- Maria Valdelice Fernandes de Assis;

4.3 Colegiado Deliberativo do RPPS

Os Membros do Colegiado Deliberativo do RPPS são servidores efetivos, representados por:

Titulares:

- Erika Regina Pereira Rodrigues (Presidente),
- Cristiani Maria de Lima,
- Claudenice Maria da Conceição de Jesus,
- Wilson Inacio da Silva,
- Dedivaldo Genuino da Silva;

Suplentes:

- Ana Lúcia Pires Silva,
- Ana Paula Siqueira Gouveia dos Santos,
- Célia Dias de Souza Carvalho,
- Josenita Alúzia de Oliveira Melo,
- Maria Rita de Cássia Silva Menezes;



4.4 Colegiado de Fiscalização do RPPS

Os Membros do Colegiado de Fiscalização do RPPS são servidores efetivos, representados por:

Titulares:

- Marcos Eduardo Bezerra de Lima (Presidente),
- Luciana Mendonça dias de Oliveira,
- Rosileide Machada da Silva Prado;

Suplentes:

- Ismael do Carmo Ramos,
- Keyth Augusta da Silva,
- Maria Libertina de Souza Monteiro;

5.0 Forma de Gestão e Assessoramento:

A gestão das aplicações dos recursos do **FUNPRECAM** será própria, ou seja, a aplicação dos recursos será realizada pelo próprio **FUNPRECAM**, segundo os critérios estabelecidos nesta política. A gestão do fundo poderá contratar uma empresa para promover a assessoria de investimento, mas a decisão final de investimentos e desinvestimentos caberá sempre ao Conselho Deliberativo, após sugestão e apresentação do Comitê de Investimentos.

6.0 Introdução

A presente política de investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – do Município de Camaragibe - PE, administrado pelo **Fundo Previdenciário do Município de Camaragibe - FUNPRECAM**, de acordo com o artigo 4º da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.963, de 25 de novembro de 2021 e suas alterações, c/c a Portaria do Ministério da Previdência Social – MPS n.º 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, com vistas a promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre seus ativos e passivos.

Os limites e critérios aqui apresentados estão fundamentados na Resolução **CMN n.º 4.963/2021** e suas alterações, legislações que estabelecem, quando da aprovação desta política de investimentos, as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos RPPS.

Foi responsável pela elaboração da política de investimentos o comitê de investimentos representado pelo seu Presidente, acima qualificado e aprovado pelo conselho deliberativo em reunião realizada, na sede do FUNPRECAM, conforme ata, posteriormente divulgado eletronicamente através do sítio www.funprecamcamaragibe.pe.gov.br;



7.0 Meta de Rentabilidade

7.1 Índice de referência

O índice de referência é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por representar a inflação oficial acumulada anual do dinheiro e como instrumento para cálculo de atualização do valor dos recursos.

7.2 Taxa de Juros Real

A taxa de juros real utilizada, de acordo com a legislação, é necessária para apuração da duração do passivo. O cálculo da duração do passivo demonstra o tempo médio necessário para o plano pagar seu passivo. Desta forma, se estabelece o parâmetro de idade para o plano, onde quanto maior a duração do passivo, mais jovem é o plano.

O parecer atuarial **009/2024 de 12 de agosto de 2024**, anexo a este documento, traz os detalhes sobre duração do passivo atuarial do RPPS do Município de Camaragibe.

A tabela de juros da Portaria 1.499/2024 relaciona o tempo de duração do plano, com uma média de retorno ou rentabilidade dos títulos públicos para cada período. Ou seja, para a duração de 14,29 anos do seu RPPS, o retorno médio dos títulos públicos com este prazo seria de no máximo 4,86% ao ano.

Para aplicar a regra disposta no §4º do artigo 39 da portaria 1.467/2022 é necessário verificar as rentabilidades e as metas atuariais dos últimos 5 anos.

Considerando que a meta atuarial foi superada em dois anos no período dos últimos 5 anos (**2019 a 2023**), é possível acrescentar 0,30 pp na taxa de juros parâmetro calculada, desta forma a nova taxa de juros parâmetro passaria a ser de **5,16% ao ano** para o exercício de 2025 tanto para a política de investimentos quanto para a avaliação atuarial.

Exercício	Duração do Passivo	Taxa Parâmetro	Base Legal
Até 2019	-	6,00% ao ano	Portaria 403/2008
2020	15,62 anos	5,86% ao ano	Portaria 17/2019
2021	15,24 anos	5,40% ao ano	Portaria 12.233/2020
2022	14,82 anos	4,81% ao ano	Portaria 6.132/2021
2023	14,78 anos	4,64% + 0,30% = 4,94% ao ano	Portaria 1.837/2022
2024	14,51 anos	4,79% + 0,15% = 4,94% ao ano	Portaria 3.289/2023
2025	14,29 anos	4,86% + 0,30% = 5,16% ao ano	Portaria 1.499/2024



8.0 Objetivos da Política de Investimentos

8.1 Objetivo Geral

Definir a estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil das obrigações do **FUNPRECAM**, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na referida Legislação.

8.2 Objetivos Específicos

- A Buscar, através da aplicação dos recursos do **FUNPRECAM**, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.963/2021, atingir no mínimo uma rentabilidade igual ou superior à meta atuarial definida, qual seja, Índice Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) + **5,16% a.a.** (Cinco inteiros e dezesseis centésimos por cento ao ano);
- B Assegurar que os gestores, servidores participantes e beneficiários, prestadores de serviços e órgãos reguladores tenham o claro entendimento dos objetivos e restrições relativas aos investimentos;
- C Garantir transparência e ética no processo de investimento, o qual deve ser feito seguindo diretrizes, normas e critérios definidos neste documento;
- D Assegurar que o processo de investimento seja independente da vontade de um gestor específico.

9.0 Vigência

Esta Política de Investimento será válida para todo o Exercício de 2025, podendo ocorrer durante este período, correções e alterações para adequar-se às mudanças na legislação aplicável, ou caso seja considerado necessário pela Diretoria Executiva em conjunto com o Comitê de Investimentos do **FUNPRECAM** e aprovadas pelo Conselho Deliberativo.

10 Processo de Seleção de Fundos de Investimentos (gestores)

O **FUNPRECAM** poderá adotar critérios para avaliação e seleção de fundos de investimentos, observando as características e perfis de risco de cada categoria do fundo perante a Resolução CMN 4.963/2021.

As características abrangem, por exemplo, o tipo de mandato, a política de investimento do fundo, a meta de rentabilidade e o limite de exposição ao risco.

Os gestores de recursos e as corretoras de valores devem ser selecionados dentro do respectivo procedimento legal dos RPPS e precisam estar devidamente registrados junto ao Banco Central do Brasil – BACEN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na B3.



11 Consultoria de Investimentos

Considerando que o volume de investimentos administrados pelo RPPS na posição de Novembro de 2024 alcançou o montante de **R\$ 497.522.329,86**, a gestão do fundo deverá tomar as medidas visando a contratação de uma assessoria de investimento que contemple a disponibilização de sistema para melhor gestão dos ativos.

A contratação dos serviços de consultoria deverá levar em consideração aspectos tais como: a experiência, especialização e idoneidade da empresa, bem como o custo e a qualidade da prestação de serviços e, ainda, seguir as regras de registro e credenciamento dispostas na Resolução CMN 4.963/2021.

Atribuições

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o **FUNPRECAM** no acompanhamento e monitoramento, seleção e análise dos riscos envolvidos nos investimentos conforme previsto na Resolução CMN 4.963/2021, na portaria 1.467/2022, bem como nas alterações normativas que surgirem e que possam afetar os investimentos do fundo.

12 Processo para Credenciamento de Instituições Financeiras

O processo de seleção para credenciamento de instituições financeiras que administrarão os recursos do FUNPRECAM consistirá num processo de inscrição permanentemente aberto e será baseado em três fases: habilitação, qualificação e alocação.

Fase da Habilitação

Consiste no estabelecimento e análise dos seguintes parâmetros:

- E Habilitação jurídica;
- F Regularidade fiscal;
- G Qualificação técnica.

Fase de Qualificação

Consiste no estabelecimento e análise dos seguintes parâmetros:

- H Solidez patrimonial – são informações institucionais que visam identificar a data de constituição da entidade, tempo que a instituição administra recursos de terceiros no país e seu capital social;
- I Volume de recursos – são informações relativas ao montante de recursos de terceiros administrados por fundos de investimentos, não sendo inferior a **R\$ 1 bilhão**, além das taxas de administração e performance.
- J Experiência positiva - são informações relativas ao desempenho de gestão por fundo de investimento, além do grau.



Fase de Alocação

Os recursos financeiros do FUNPRECAM serão alocados nas instituições financeiras habilitadas e mais bem classificadas, na fase de qualificação. No entanto, não há obrigatoriedade em efetuar aporte financeiro em todas as instituições qualificadas.

13 Diretrizes para Alocação de Recursos

Segmento de Renda Fixa - Ativos Elegíveis

Serão considerados ativos elegíveis para o segmento de renda fixa, os títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação vigente aplicável aos RPPS, que busque um desempenho nunca inferior a 100%, no ano, do benchmark adotado, devendo ser observados também, os limites e categorias de fundos do segmento de renda fixa definidos na Resolução CMN 4.963/2021. Em operações realizadas no mercado secundário, deverá ser realizado acompanhamento dos preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro e pelo Tesouro Nacional.

Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados - Ativos Elegíveis

As cotas de fundos de investimentos em ações ou referenciados em índices do mercado de ações são consideradas como ativos elegíveis no segmento de renda variável e Investimentos Estruturados, permitidos pela legislação aplicável aos RPPS, que busque uma performance nunca inferiores a 100%, nos últimos doze meses, do benchmark referenciado. Serão consideradas as categorias de fundos de renda variável definidos na Resolução CMN 4.963/2021, observando o limite máximo de 30% (trinta por cento) do total dos recursos do FUNPRECAM.

Segmento de Imóveis

É vedado o investimento em imóveis ou fundos de investimentos imobiliários, exceto os vinculados ao órgão por lei.

Investimentos Exterior - Ativos Elegíveis

As cotas de fundos de investimentos ou referenciados em índices do mercado são consideradas como ativos elegíveis no segmento de investimentos no exterior, permitidos pela legislação aplicável aos RPPS, que busque uma performance nunca inferior a 100%, nos últimos doze meses, do benchmark referenciado. Serão consideradas as categorias de fundos de investimentos no exterior definidos na Resolução CMN 4.963/2021, observando o limite máximo de 10% (dez por cento) do total dos recursos do FUNPRECAM.

Consignados

É vedado o investimento com finalidade de empréstimos consignados para o ano corrente.

Alocação



Para fundos que não atingirem a performance definida, poderá ser feita a realocação de até 100% para outro fundo que tenha atingido a performance. O FUNPRECAM também poderá efetuar resgate imediato de fundos que tenham seu regulamento alterado e fiquem em desacordo com a Resolução CMN 4.963/2021, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pelo Comitê de Investimentos.

14 Limites Gerais

Seguindo as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN 4.963/2021, os investimentos a serem realizados estão sujeitos aos seguintes limites:

- De acordo com o art. 14º nos segmentos de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, ficam os regimes próprios de previdência social sujeitos a um **limite global de 30% (trinta por cento) da totalidade de suas aplicações;**
- As aplicações em cotas de um mesmo fundo de investimento, fundo de investimento em cotas de fundos de investimento ou fundo de índice não podem, direta ou indiretamente, **exceder a 20% (vinte por cento)** das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.
- O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, **15% (quinze por cento) do patrimônio líquido do fundo;**
- Esse limite será de até 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimento quando se tratar de:
 - a) cotas de classe sênior de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC);
 - b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa com sufixo "crédito privado" constituídos sob a forma de condomínio aberto, conforme regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (fundos de renda fixa);
 - c) cotas de fundo de investimento de que trata art. 3º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, que dispunha em seu regulamento que 85% (oitenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo seja aplicado em debêntures de que trata o art. 2º dessa mesma Lei, observadas as normas da Comissão de Valores Mobiliários.

15 Avaliação do Cenário Macroeconômico

A análise do cenário macroeconômico é fundamental para a definição da estratégia de investimento curto, médio e longo prazo dos recursos do RPPS. O objetivo e os limites de alocação estabelecidos neste Instrumento foram fixados visando as expectativas de inflação, juros, crescimento do PIB e câmbio, entre outras variáveis.

15.1 Cenário macroeconômico para 2025



Para 2025, o cenário internacional tende a ser marcado por uma maior heterogeneidade nas perspectivas de crescimento e inflação. As pressões inflacionárias no setor de serviços, impulsionadas por mercados de trabalho ainda robustos, deverão levar os principais bancos centrais a manter suas taxas de juros em níveis contracionistas. Por outro lado, espera-se a continuidade da desaceleração estrutural da economia chinesa, em um contexto de baixa pressão inflacionária. No Brasil, o cenário doméstico aponta para uma desaceleração moderada do crescimento econômico, em meio à persistência de incertezas sobre a trajetória das contas públicas. Considerando que o processo de desinflação foi interrompido, o Banco Central do Brasil deverá retomar o ciclo de elevação dos juros. Assim, após atingir 12,75% ao ano, a Selic deverá se manter nesse patamar até o final de 2025, com o objetivo de retomar o processo de desinflação.

A volatilidade do fluxo de capital nos países emergentes em 2025 deverá ser influenciada por fatores no cenário internacional e doméstico, conforme o consenso de diversos atores do mercado.

Em primeiro lugar, a manutenção das políticas monetárias restritivas nos países desenvolvidos, especialmente nos Estados Unidos e na zona do euro, pode continuar a atrair fluxos de capital para ativos considerados mais seguros nesses mercados. Isso tende a gerar um cenário desafiador para os países emergentes, já que esses fluxos de capital podem ser mais voláteis, especialmente em períodos de maior aversão ao risco global.

Além disso, as incertezas sobre o ritmo de crescimento econômico e a evolução das contas públicas em várias economias emergentes podem aumentar a percepção de risco, o que tende a gerar volatilidade nos fluxos de capital. Países que apresentarem mais incerteza fiscal ou cujas economias forem mais suscetíveis a choques externos, como o Brasil, poderão enfrentar movimentos mais erráticos de entrada e saída de capital.

No entanto, a desaceleração da economia chinesa, com a continuidade do seu processo de desaceleração estrutural, pode também afetar negativamente os fluxos de capital para países emergentes mais expostos ao comércio com a China, como é o caso de várias economias da Ásia e América Latina. O impacto será particularmente visível em setores como commodities, que ainda dependem da demanda chinesa.

Em resumo, a volatilidade do fluxo de capital nos países emergentes em 2025 será elevada, refletindo o equilíbrio entre fatores internos e externos, como a política monetária global, as condições econômicas domésticas e os riscos geopolíticos. Países emergentes terão que lidar com esse ambiente de maior incerteza, sendo desafiados a implementar políticas que estabilizem suas economias e atraiam investimentos sustentáveis.

EXPECTATIVA DE MERCADO PARA 2025 - Boletim Focus 13.12.2024

Mediana - Agregado	2024							2025						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,64	4,84	4,89	▲ (3)	151	4,93	52	4,12	4,59	4,60	▲ (9)	148	4,63	52
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	3,10	3,39	3,42	▲ (4)	114	3,49	31	1,94	2,00	2,01	▲ (2)	112	2,10	31
Câmbio (R\$/US\$)	5,60	5,95	5,99	▲ (2)	118	6,00	40	5,50	5,77	5,85	▲ (7)	117	5,90	39
Selic (% a.a)	11,75	12,00	-					12,00	13,50	14,00	▲ (5)	142	14,50	64
IGP-M (variação %)	5,45	6,35	6,45	▲ (15)	80	6,48	30	4,00	4,40	4,50	▲ (4)	78	4,51	29
IPCA Administrados (variação %)	5,01	4,69	4,62	▼ (1)	100	4,65	25	3,87	4,13	4,15	▲ (1)	99	4,20	25
Conta corrente (US\$ bilhões)	-46,47	-50,50	-50,25	▲ (1)	30	-49,79	10	-48,00	-49,30	-48,90	▲ (1)	29	-48,50	10
Balança comercial (US\$ bilhões)	76,99	74,15	75,00	▲ (1)	31	75,00	9	76,65	75,70	74,37	▼ (4)	27	74,00	9
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	71,50	71,05	70,50	▼ (3)	29	70,00	11	73,56	70,80	70,00	▼ (3)	27	70,00	11
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,50	63,04	63,00	▼ (4)	33	63,29	10	66,65	67,00	67,00	▲ (2)	33	67,66	10
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,50	-0,50	▲ (3)	43	-0,60	13	-0,70	-0,70	-0,64	▲ (1)	41	-0,51	12
Resultado nominal (% do PIB)	-7,78	-7,80	-7,85	▼ (1)	31	-8,00	10	-7,55	-8,15	-8,15	▲ (1)	30	-8,35	10

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** res

15.2 Cenário Internacional

(i) EUA

A economia norte-americana fechará 2024 com crescimento robusto e deverá iniciar o próximo ano com uma perspectiva de desaceleração gradual, refletindo, ainda, os efeitos defasados da política monetária contracionista empreendida pelo Federal Reserve (FED), com um balanço de riscos que deverá se manter equilibrado. A avaliação é que a dissipação da incerteza com a conclusão do processo eleitoral representará o principal risco altista para a atividade, dado que, independentemente de quem vencer a eleição, a expectativa é que a política fiscal se mantenha expansionista. Por outro lado, os principais riscos baixistas estão associados à persistência inflacionária, que poderá exigir juros elevados por mais tempo, a eventual desaceleração não antecipada do mercado de trabalho e a exacerbação de conflitos geopolíticos e políticas protecionistas com impactos deletérios sobre a atividade.

Diante dessa conjuntura, o cenário base para o PIB indica um importante crescimento de 2,7% neste ano, desacelerando para 2,0% no próximo. Adicionalmente, o mercado de trabalho deverá ser manter forte, caracterizado por uma taxa de desemprego relativamente baixa, fechando 2024 em 4,3% da força de trabalho e avançando marginalmente para 4,5% ao final de 2025, garantindo sustentação da renda e do consumo em um ambiente no qual as famílias ainda detêm um patrimônio bastante sólido. Nesse quadro, a expectativa é que a inflação medida pelo CPI deverá fechar o ano corrente em 3,1%, alcançando 3,0% no seguinte, enquanto as medidas de núcleo deverão alcançar 3,5% e 2,7%, respectivamente.

No âmbito político, as eleições gerais em novembro de 2024 irão definir não apenas a presidência, mas também renovar as 435 cadeiras da House of Representatives e 34 cadeiras no Senado. Na corrida



presidencial, é esperado um pleito bastante disputado, com a atual vice-presidente, a democrata Kamala Harris, disputando contra o candidato republicano e ex-presidente Donald Trump. No âmbito do legislativo, espera-se que ocorra a manutenção da divisão do Congresso, com o Partido Republicano recuperando uma pequena maioria no Senado, enquanto o Partido Democrata deverá recuperar o controle da House of Representatives, independente do resultado das eleições presidenciais. Essa perspectiva é compatível com um cenário de ausência de ruptura política e manutenção do status quo, mas com aprofundamento das divergências sobre a agenda fiscal, o que tenderá a conduzir o país na direção de um processo de expansão moderada dos gastos no médio prazo.

Em termos de política monetária, diante do contexto de um mercado de trabalho ainda robusto e uma inflação mais persistente, esperamos que o Federal Open Market Committee (FOMC) conclua a primeira fase do ciclo de flexibilização monetária no final do 1T2025, levando a Fed Funds Rate (FFR) para o intervalo entre 3,75% e 4,00%, ainda acima do patamar considerado neutro. Em relação à redução do balanço de ativos do FED, esperamos que os ajustes empreendidos ao final de 2024 sejam continuados ao longo do próximo ano com redução de US\$ 60 bilhões por mês, composto US\$ 25 bilhões de Treasuries e US\$ 35 bilhões de Mortgage-Backed Securities (MBS).

Uma vez que vislumbramos uma perspectiva de convergência bastante lenta da inflação para o objetivo do FOMC, que é uma inflação média de 2,0%, nosso cenário contempla a retomada do ciclo de flexibilização da política monetária somente na última reunião de 2025, em dezembro, quando esperamos que a taxa básica de juros americana será reduzida em 0,25 p.p. e convergir gradualmente para o nível neutro, o que somente ocorrerá em horizontes mais longos.

(ii) EUROPA

Em um contexto de tensões geopolíticas e taxas de juros restritivas, o ano de 2024 foi marcado por uma intensa desaceleração da atividade, além de questões de ordem estrutural que deverão seguir influenciando a dinâmica da economia nos países europeus. Ao longo do ano, os dados da manufatura seguiram em deterioração, compensados apenas parcialmente por alguns ganhos no setor de serviços. Com relação ao nível de preços, a inflação de núcleo se manteve resiliente, enquanto o headline desacelerou de forma relevante, influenciada, sobretudo, pelo recuo nos preços dos alimentos e energia.

Nesse contexto de consolidação do processo de desinflação, conjuntamente com atividade fragilizada, o Banco Central Europeu (BCE) iniciou um ciclo parcimonioso de flexibilização monetária na reunião de julho de 2024. A deterioração adicional observada nos últimos meses frustrou as expectativas de uma recuperação mais consistente, o que passou a justificar uma antecipação do ciclo de flexibilização da política monetária nos próximos meses.

Para 2025, é esperado que a taxa básica de juros siga se aproximando do juro neutro, diante da continuidade do processo de convergência da inflação para a meta. Ainda assim, o cenário se mantém desafiador, influenciado negativamente pelo crescimento mais fraco em nível mundial, tensões comerciais, quadro geopolítico mais deteriorado - com a Guerra da Ucrânia ainda sendo um vetor negativo para as



perspectivas de crescimento da região, principalmente diante da incerteza com as eleições americanas - além do enfraquecimento do suporte fiscal, devido à necessidade de readequação ao plano de controle fiscal estabelecido (Stability and Growth Pact). Diante desse contexto, é importante frisar que a maioria dos países da Zona do Euro entregou seus projetos de planos orçamentais para 2025, com economias como França, Alemanha e Itália assumindo melhorias anuais para o déficit público.

Dessa maneira, entendemos que, diante da perspectiva de fragilidade adicional da atividade, o BCE realizará mais um corte de 0,25 p.p. em suas taxas diretoras na reunião de dezembro de 2024, fechando o ano como a Taxa de Depósitos em 3,00%. Ao longo do primeiro semestre de 2025 é esperada a continuidade do ciclo, com a taxa de referencial de juros atingindo o patamar de 2,5%, que deverá se manter até o final do ano. Já as perspectivas de crescimento do PIB para 2024 é de expansão de 0,7%, enquanto para o próximo ano deverá ser observado um avanço de 1,2%. Por fim, com relação à dinâmica da inflação, a expectativa é que o ano corrente feche com avanço de 2,3%, convergindo para 2,1% ao final do ano de 2025, em patamar compatível com a meta do Banco Central Europeu de 2,0%.

(iii) CHINA

A China tem sido uma exceção às tendências globais em sua dinâmica de crescimento e inflação, enfrentando importantes pressões desinflacionárias no período pós-pandemia. Esse movimento esteve associado a um descompasso entre a recuperação do consumo e da produção, que evidenciou o desequilíbrio entre a demanda e a oferta domésticas.

Em perspectiva, a economia chinesa vive um processo de readequação conjuntural e estrutural, no qual as famílias enfrentam um prolongado período de deterioração da confiança, elevada taxa de desemprego entre jovens e persistente crise do mercado imobiliário, o que provocou uma forte erosão nas expectativas de renda e riqueza, desencadeando uma crônica falta de demanda doméstica e um excesso de poupança. Esse cenário tem limitado o crescimento do crédito (principal canal de transmissão da política monetária chinesa), revelando uma resposta mais fraca aos estímulos monetários anunciados.

Associado a isso, elementos externos ligados à perspectiva de desaceleração do crescimento global, a demanda externa mais fraca em contraste com o excesso de capacidade no setor industrial, além das sanções impostas pelos países concorrentes, são fatores que impactaram o crescimento em 2024 e seguirão no radar em 2025, sobretudo por conta da vitória republicana nas eleições presidenciais americanas.

No mesmo sentido, estruturalmente, há um processo de transição demográfica em curso, intensificando os desafios de crescimento econômico ao longo dos próximos anos. Nesse contexto, nossa expectativa para 2025 é de uma atividade continuamente impactada pelos efeitos dessas dinâmicas, com a política fiscal sendo o instrumento preferencial para limitar quedas mais intensas da atividade e a flexibilização da política monetária atuando como complemento ao aumento do gasto público.



As políticas coordenadas de cortes nas taxas de juros de referência podem exercer pressões baixistas na remuneração dos poupadores, o que seria um problema adicional ao crescimento do consumo, dado que as famílias precisam poupar ainda mais para compensar a perda da rentabilidade dos seus ativos.

Dessa forma, o cenário seguirá desafiador, de forma que é possível considerar a continuidade do processo de desaceleração estrutural do crescimento da economia. A expectativa, portanto, é que essa dinâmica de A desaceleração estrutural se manterá para 2025 e que o PIB avance 4,5%, condicionado a manutenção dos estímulos recentemente anunciados, principalmente fiscais, resultando em um quadro de inflação persistentemente baixa.

15.3 Cenário Doméstico (Brasil)

(i) Atividade econômica BRASIL

O ambiente internacional deverá continuar desafiador devido às tensões geopolíticas, com destaque para as repercussões de possíveis intensificações no conflito do oriente médio e na guerra Rússia-Ucrânia. Tais desdobramentos deverão manter os preços das commodities exportadas pelo Brasil em patamares historicamente elevados, mesmo em um contexto de desaceleração estrutural da economia chinesa. No que tange à safra brasileira, a trajetória de produção moderadamente descendente reflete uma correção em relação aos recordes de produção observados nos anos recentes, movimento que deverá continuar em 2025.

Entretanto, cabe dar destaque para a continuidade do processo de aumento da produtividade do setor, resultando em uma desaceleração menos intensa e sustentando uma perspectiva positiva para a balança comercial, mesmo com o aumento das importações.

Na dinâmica da indústria e do investimento, a expectativa é de neutralidade no cenário prospectivo. Do lado positivo, políticas públicas e créditos direcionados para o setor, associado a tendência de estímulos governamentais adicionais, deverão dar sustentação à produção. De outro lado, os efeitos defasados da política monetária ainda mais contracionista deverão levar à perda de ritmo moderada na produção de bens. Com relação ao mercado de trabalho, apesar da aparente acomodação da população economicamente ativa em nível abaixo do pré-pandemia, a expectativa é que a taxa de participação retome paulatinamente uma trajetória de crescimento, fazendo com que a taxa de desemprego se estabilize em torno de 6,0% e 8,0% nos próximos três anos.

No setor de serviços, acreditamos que deverá ser observado uma desaceleração gradual, mas com manutenção de um ritmo relativamente robusto devido ao crescimento do nível de emprego e o aumento das transferências governamentais, sustentando o subsequente aumento da massa salarial real, mesmo que o juro real elevado possa limitar esse movimento. Por fim, para o varejo, a perspectiva será neutra. De um lado, há a robustez do mercado de trabalho dando sustentação pelo canal da renda, por outro lado, haverá o efeito defasado dos aumentos da Selic que deverão conter a demanda por itens mais ligados ao crédito, tais como veículos, móveis, eletrodomésticos, materiais de construção civil e produtos de informática.



Assim, destacamos que o ano de 2024 foi surpreendentemente positivo para a atividade econômica doméstica, ao passo que nossa expectativa é de crescimento do PIB de 3,1%. Por outro lado, para 2025, a expectativa é de expansão de 1,9%, sustentada pelo mercado de trabalho ainda robusto. A avaliação de desaceleração gradual está embasada nos efeitos defasados do ciclo de aperto monetário iniciado em setembro de 2024, no menor crescimento da renda real provocada por um cenário de inflação pressionada, além de alguma acomodação da balança comercial devido ao hiato do produto aberto e o decorrente aumento das importações, contendo moderadamente os ganhos oriundos do setor externo.

(ii) Inflação

A trajetória para a inflação ao consumidor deverá ser de desaceleração bastante moderada em 2025, mantendo-se acima da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3% ao ano. Esse movimento de desaceleração deve ser mais marcante nos preços monitorados, após a alta mais forte observada em 2024. Já para os preços livres, a dinâmica deve ser mais parecida com a do ano corrente. Por um lado, devemos ter uma desaceleração nos preços de alimentação, após forte alta em 2024, principalmente em carnes, enquanto os preços dos bens industriais devem acelerar, respondendo aos efeitos defasados da depreciação cambial. Já os preços dos serviços devem apresentar em 2025 variação próxima da observada no ano anterior, embora um pouco abaixo, contribuindo para uma maior persistência inflacionária.

Entre os preços monitorados, esperamos uma desaceleração de 4,70% em 2024 para 3,61% em 2025. Os preços da gasolina para o consumidor em Reais, que devem fechar com uma alta superior a 8% em 2024, provavelmente apresentarão trajetória mais benigna em 2025, contribuindo para uma inflação menor nos administrados. Para o último mês do ano corrente, ainda há incerteza sobre qual será a bandeira tarifária que vigorará sobre os preços de energia elétrica para os consumidores, o que impactará de maneira significativa a inflação. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que as tarifas de energia terão bandeira amarela no mês de novembro e, para dezembro de 2024, nossa expectativa é manutenção desse patamar, em que pese isso esteja condicionado ao regime de chuvas.

Há risco de bandeira vermelha patamar 1 e, com probabilidade menor no momento, também não pode ser descartada a possibilidade de bandeira verde, caso o volume de chuvas supere amplamente o esperado nas próximas semanas.

A dinâmica da taxa de câmbio no próximo ano será importante para a evolução da inflação. Atualmente, a expectativa do mercado é que a taxa de câmbio se situe em torno de R\$5,40/US\$ na média de 2025, o que representaria uma relativa estabilidade quando comparado com o câmbio médio esperado para 2024. Essa expectativa se baseia no diferencial de juros maior entre Brasil e EUA, além da perspectiva de manutenção de superávit expressivo na balança comercial brasileira. Entretanto, na direção contrária, há a preocupação com o déficit em transações correntes, que deve ser maior no próximo ano. Outro vetor importante para a dinâmica da inflação são os preços de commodities. Em nosso cenário base, há a expectativa de



acomodação para os preços desses itens, muito em função da desaceleração esperada para a China, importante consumidora de matérias-primas. Porém, fatores como tensões geopolíticas e acirramento em conflitos militares poderão alterar essa perspectiva.

Entre os preços de serviços, a preocupação fica por conta do mercado de trabalho doméstico. Diversos indicadores mostram aquecimento nesse mercado, além de desemprego abaixo do nível de equilíbrio, o que tende a ser inflacionário. Assim, conta-se com a contribuição relevante da política monetária contracionista para que haja uma desaceleração, ainda que moderada, dos preços dos serviços.

(iii) Política Monetária

Em 2023 a trajetória dos preços na economia brasileira foi claramente de desinflação, porém, em 2024, essa dinâmica foi interrompida, o que levou o Banco Central do Brasil (BCB) a retomar o ciclo de elevação da taxa básica de juros. Para 2025, esperamos a continuidade desse movimento, com a Selic sendo elevada até 12,75% na segunda reunião do ano. Salientamos, ainda, que o balanço de riscos para a política monetária é assimétrico no sentido de mais juros. Como principais riscos, ressaltamos a possibilidade de elevação da taxa de juros neutra, seja por fatores externos ou domésticos, uma política monetária ainda mais contracionista do que a contemplada em nosso cenário base por conta do desafio para a desinflação e do risco associado a uma desancoragem adicional das expectativas de inflação domésticas. Assim, cenários alternativos nos quais a Selic terminal é maior que no cenário base também possuem probabilidade relevante e não podem ser completamente desconsiderados. Em função da expectativa de que a inflação permaneça acima da meta no horizonte relevante para a política monetária, estimamos que o ciclo de cortes da Selic deverá começar apenas na última reunião de 2025, fechando o ano em 12,5%. A partir de 2026, condicionado ao cenário de inflação e atividade econômica, avaliamos que haveria espaço para a continuidade de um ciclo de redução dos juros, embora ainda para patamar superior ao neutro.

(iv) Fiscal

A conjuntura fiscal de 2024 foi marcada pela percepção de expansionismo fiscal. No primeiro ano do novo arcabouço fiscal, a regra foi tratada como um piso para as despesas, exigindo do governo aumentos nas receitas para equilibrar as contas públicas. A arrecadação federal superou as expectativas devido ao bom desempenho nos impostos sobre consumo (PIS/COFINS) e pela resiliência da atividade econômica. No entanto, as receitas esperadas de medidas aprovadas em 2023, como transações tributárias e subvenções de custeio, frustraram-se, mostrando a dificuldade de realizar um ajuste fiscal apenas pelo lado das receitas.

Nas despesas primárias, houve surpresas altistas com gastos previdenciários, Benefícios de Prestação Continuada (BPC) e despesas extraordinárias devido à calamidade climática no Rio Grande do Sul. Em função das trajetórias estruturais das despesas, o governo alterou a meta de resultado primário para 2025 de +0,5% do PIB para 0,0%. Excluindo as despesas extraordinárias com precatórios, o déficit primário para cumprir o piso da meta poderá ser até -0,45% do PIB naquele ano. Essa mudança piorou as expectativas



sobre a sustentabilidade do arcabouço fiscal, impactando negativamente a taxa de câmbio.

O mercado vê como desejável uma mudança de lógica, de aumento de arrecadação para cumprimento de despesas primárias, o que ajudaria a ancorar as expectativas de inflação e flexibilizar as taxas de juros. A política fiscal expansionista estimulou a demanda agregada, mantendo o hiato do PIB positivo apesar da contração monetária, o que pode ter aumentado a resiliência da inflação.

A piora nas expectativas fiscais e a incerteza quanto à sustentabilidade do arcabouço fiscal contribuíram para a desancoragem das expectativas de inflação, exigindo maior contração monetária. Assim, a incerteza fiscal deverá permanecer elevada em 2025, até que medidas estruturais para revisão de despesas sejam efetivamente implementadas. Uma possível agenda de revisões estruturais deve tramitar no Congresso de forma lenta e descentralizada, com mudanças ao longo da tramitação e impacto apenas no médio prazo.

A agenda econômica no Congresso incluirá também a reforma tributária dos impostos sobre a renda, a ser encaminhada após a regulamentação da reforma tributária do consumo. Espera-se que propostas envolvam aumento da faixa de isenção de renda pessoal, tributação de dividendos e alíquota mínima para milionários.

Projeta-se um déficit primário do Governo Central de -1,0% do PIB em 2025, fora do piso da meta fiscal, e um déficit primário do Governo Geral de -0,7% do PIB. Dado o déficit primário e as taxas de juros elevadas por período prolongado, a dívida pública (DBGG) deverá aumentar de 78,0% do PIB em 2024 para 82,3%. Se a revisão de despesas for efetiva, as expectativas fiscais tendem a melhorar.

Contudo, a continuidade do expansionismo fiscal pode trazer deterioração adicional, com risco de insuficiência dos parâmetros do arcabouço fiscal até 2026.

16 Quadro de alocações

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2025						
RENDA FIXA						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)	Art. 7º, I, "a"	R\$ -	0,00%	10,00%	30,00%	60,00%
Fundos Renda fixa 100% TP	Art. 7º, I, "b"	R\$ 304.357.617,99	63,67%	5,00%	30,00%	50,00%
ETF 100% TP	Art. 7º, I, "c"	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Operações compromissadas com lastros em TPF	Art. 7º, II	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
Fundos Renda Fixa em geral	Art. 7º, III, "a"	R\$ 100.349.637,97	20,99%	5,00%	18,00%	35,00%
Fundo de Índice (ETF) - Renda Fixa	Art. 7º, III, "b"	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras (Lista BACEN)	Art. 7º, IV	R\$ -	0,00%	0,00%	5,00%	15,00%
FIDC Sênior	Art. 7º, V, "a"	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Fixa - Crédito Privado	Art. 7º, V, "b"	R\$ 3.629.984,04	0,76%	0,00%	0,00%	4,00%
Fundos de debentures de infraestrutura	Art. 7º, V, "c"	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
		R\$ 408.337.240,00	85,42%		83,00%	
RENDA VARIÁVEL						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
Fundo de Ações CVM	Art. 8º, I	R\$ 16.097.564,61	3,37%	0,00%	3,00%	8,00%
ETF RV CVM	Art. 8º, II	R\$ 465.136,66	0,10%	0,00%	1,00%	5,00%
		R\$ 16.562.701,27	3,46%		4,00%	
EXTERIOR						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa	Art. 9º, I	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FIC Aberto - Investimento no Exterior	Art. 9º, II	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundo de Ações - BDR Nível I	Art. 9º, III	R\$ 14.078.775,60	2,95%	0,00%	5,00%	8,00%
		R\$ 14.078.775,60	2,95%		5,00%	
FUNDOS ESTRUTURADOS						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
Fundos Multimercados	Art. 10, I	R\$ 39.028.322,43	8,16%	0,00%	8,00%	10,00%
FI em Participações	Art. 10, II	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Ações - Mercado de Acesso	Art. 10, III	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		R\$ 39.028.322,43	8,16%		8,00%	
FUNDOS IMOBILIÁRIOS						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
FI Imobiliários	Art. 11	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
		R\$ -	0,00%		0,00%	
EMPRESTIMOS CONSIGNADOS						
TIPOS DE ATIVOS	Artigo da Resolução 4.693/2021	Posição da Carteira	Percentual na Carteira	Limite Inferior	Estratégia	Limite Superior
Empréstimos Consignados	Art. 12	R\$ -	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%
		R\$ -	0,00%		0,00%	
TOTAIS		R\$ 478.007.039,30	100,00%		100,00%	



17 Gestão dos riscos

Em relação à gestão dos riscos, deverá ser realizado pela equipe de gestão do RPPS o monitoramento da execução desta política de investimentos, pelo menos trimestralmente, com a apresentação de relatórios que tragam informações atualizadas sobre o cenário macroeconômico, as expectativas de mercado e os eventuais riscos aos investimentos do fundo.

Esse acompanhamento deve ser baseado nas orientações contidas na Portaria MTP nº 1.467/2022 e deve contemplar avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e outros inerentes a cada operação e a tolerância do regime a esses riscos.

Para uma eficiente gestão de risco é importante considerar, além do seu monitoramento, a análise prévia do risco de mercado dos investimentos a serem feitos pelo RPPS.

Dessa forma, o acompanhamento realizado pela gestão deve apresentar de forma clara a definição da metodologia e os critérios que foram adotados para avaliação e acompanhamento do retorno esperado dos investimentos e do plano de contingência, com as medidas a serem adotadas em caso de descumprimento dos limites e requisitos previstos na legislação, de excessiva exposição a riscos ou de potenciais perdas dos recursos.

18 Controles Internos

Deverão ser elaborados, trimestralmente, relatórios de acompanhamento das aplicações para se aferir a rentabilidade e o risco das diversas modalidades de operações realizadas, devendo tais relatórios serem mantidos à disposição dos órgãos fiscalizadores.

19 Restrições de Investimentos

Os investimentos em títulos que não sejam aqueles de emissão do Tesouro Nacional, só poderão constar no portfólio do **FUNPRECAM**, via fundos de investimentos ou via cotas de fundos de investimentos.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras e/ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.



20 Considerações finais

Para realização desta Política de Investimentos foram considerados os aspectos relacionados a seguir com vistas ao atingimento ou superação da meta atuarial para ano de 2025 que está estimada em **9,76%** ao ano **((IPCA) + 5,16% a.a)**, os quais detalhamos:

- a) Expectativa de IPCA entre 4,00% a 5,0% a.a.;
- b) Expectativa de Taxa Básica de Juros entre 12% a 14% a.a;
- c) Títulos Públicos (NTN-B) a uma média de retorno de 10,5%; IMAs devem entregar um retorno médio de 11% a 12% ao ano; IRFM média de retorno de 11% e o IBOVESPA de 13%;
- d) O resultado positivo do fluxo de caixa para 2025, no valor de 22.7 milhões de reais (anexo);
- e) Os cenários atuais e expectativas futuras do FOCUS BACEN (anexas);
- f) As alocações conforme sugeridas no quadro de alocações desta política de investimentos e tomando como base o saldo atual da carteira de investimentos.

A Política de Investimentos 2025 foi apresentada, discutida e aprovada pelo Conselho Deliberativo na reunião realizada no dia 19/12/2024, conforme ata.

As informações contidas na presente Política de Investimentos e suas revisões serão disponibilizadas pelo **FUNPRECAM** aos participantes, no prazo de trinta dias, contados da data de sua aprovação, por meio digital no site oficial do **FUNPRECAM** www.funprecamcamaragibe.pe.gov.br

Camaragibe, PE, 19 de dezembro de 2024.

Daniele da Silva Ferreira
Diretora de Previdência

Paulo Roberto Rodrigues Valença
Assistente Administrativo e Financeiro

Lucas Correia de Andrade
Presidente do Comitê de Investimentos



Érika Regina Pereira Rodrigues
Presidente do Conselho Deliberativo

Claudenice Maria da Conceição de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo

Cristiani Maria de Lima
Membro do Conselho Deliberativo

Dedivaldo Genuíno da Silva
Membro do Conselho Deliberativo

Wilson Inácio da Silva
Membro do Conselho Deliberativo



PARECER ATUARIAL Nº 009/2024

Em atendimento à normatização federal vigente e aplicável às avaliações e reavaliações atuariais de Regimes Próprios de Previdência Social no Brasil informamos a Diretoria e ao Comitê de Investimentos do **FUNPRECAM –Fundo Previdenciário Municipal de Camaragibe (PE)** os valores da taxa de juros parâmetro calculada a partir da duração do passivo do fundo previdenciário gerido pelo RPPS municipal.

Na próxima avaliação atuarial do exercício 2025, data-base 31/12/2024, deveremos adotar as definições da Portaria **1.467/2022**, referente a taxa de juros parâmetro baseada na duração do passivo do plano, conforme a tabela de juros da **Portaria 1.499/2024**.

O cálculo da duração do passivo demonstra o tempo médio necessário para o plano pagar seus compromissos previdenciários. Desta forma se estabelece um parâmetro de idade para o plano, onde quanto maior a duração do passivo, mais jovem é o plano.

A tabela de juros da **Portaria 1.499/2024** relaciona o tempo de duração do plano, com uma média de retorno ou rentabilidade dos títulos públicos para cada período. Ou seja, para a duração de 14,29 anos do seu RPPS, o retorno médio dos títulos públicos com este prazo seria de no máximo 4,86% ao ano.

Portaria 1.467/2022

Art. 39...

§ 4º A taxa de juros parâmetro, estabelecida conforme o Anexo VII, poderá ser acrescida em 0,15 (quinze centésimos) a cada ano em que a rentabilidade da carteira de investimentos superar os juros reais da meta atuarial dos últimos 5 (cinco) anos, limitados ao total de 0,60 (sessenta centésimos).

Considerando que a meta atuarial foi superada em dois anos no período dos últimos 5 anos (2019 a 2023), é possível acrescentar 0,30 pp na taxa de juros parâmetro calculada, desta forma a nova taxa de juros parâmetro passaria a ser de **5,16% ao ano** para o exercício de 2025 tanto para a política de investimentos quanto para a avaliação atuarial.

Tabela 1. Evolução da Taxa de Juros Parâmetro:

Exercício	Duração do Passivo	Taxa Parâmetro	Base Legal
Até 2019	-	6,00% ao ano	Portaria 403/2008
2020	15,62 anos	5,86% ao ano	Portaria 17/2019
2021	15,24 anos	5,40% ao ano	Portaria 12.233/2020
2022	14,82 anos	4,81% ao ano	Portaria 6.132/2021
2023	14,78 anos	4,64% + 0,30% = 4,94% ao ano	Portaria 1.837/2022
2024	14,51 anos	4,79% + 0,15% = 4,94% ao ano	Portaria 3.289/2023
2025	14,29 anos	4,86% + 0,30% = 5,16% ao ano	Portaria 1.499/2024



Ressaltamos que o aumento da taxa de juros é sempre favorável para o resultado atuarial e a redução do déficit atuarial do plano previdenciário gerido pelo RPPS.

Desta forma, recomendamos que seja adotada a taxa máxima permitida para a duração do passivo do fundo previdenciário como meta atuarial na Política de Investimentos para 2025.

A revisão anual da taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais e na política de investimentos, visa adequar a expectativa de rendimentos futuros com as aplicações financeiras com a realidade do mercado e das limitações de alocações impostas pela normatização federal.

Eis nosso parecer,

Curitiba, 12 de agosto de 2024.

Luiz Cláudio Kogut
Atuário - Miba 1.308

ACTUARIAL – ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA.

ANO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS																
FLUXO DE RECURSOS																
2025																
RECEBIMENTOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO				
Contribuições ¹	R\$ 4.400.000,00															
Parcelamentos ²	R\$ 920.000,00															
Compensação Previdenciária ³	R\$ 160.000,00															
Outros recebimentos ⁴	R\$ 9.000,00															
TOTAL	R\$ 5.489.000,00															
PAGAMENTOS	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO				
Folhas de Pagamento 5	R\$ 3.700.000,00															
Taxa de Administração 6	R\$ 188.552,07															
Consultorias	R\$ 3.000,00															
Outras despesas	R\$ 3.000,00															
TOTAL	R\$ 3.894.552,07															
RESULTADO	R\$ 1.594.447,93															

Obs: Os fluxos acima são as expectativas, visto que não temos como informar os valores 100% corretos

Obs: Taxa de administração estimada (valores base de cálculo de dezembro/2024 estimado pelo 13º) (valor apresentado é o limite de gastos a média mensal de gasto de 2024 foi: 29.000,00' totalizando R\$ 348.000,00' (valores estimados, falta despesa de dezembro)

- 1 - Estimado com base na média de 2024 adicionado 10% de acréscimo;
- 2 - Parcelamento está o mais próximo a realidade, no detalhamento do cálculo deverá ser atualizado pelo ipca, foi estimado o ipca do relatório focus de 13/12/2024;
- 3 - Compensação Previdenciária apresenta média dos valores recebidos em 2024;
- 4 - outros recebimentos, estima-se a média de 2024;
- 5 - a folha de pagamento de inativos e pensionistas, foi estimada com base na média de 2024, acrescido de 10%

6 - taxa de administração estimada; na apuração dos valores, foi estimado a folha da competência de dezembro/24 pelo 13º salário, já conhecido; o valor apresentado é o limite de gastos mensal; em 2024 foi realizado em média 29.000,00 por mês, totalizando 348.000,00 no ano; valor ainda é aproximado, pois dezembro ainda não foi concluído.

** não tenho disponível até o momento o orçamento aprovado - o ideal seria estimar utilizando o orçamento (loa) aprovado pela camara municipal.

19.133.375,16



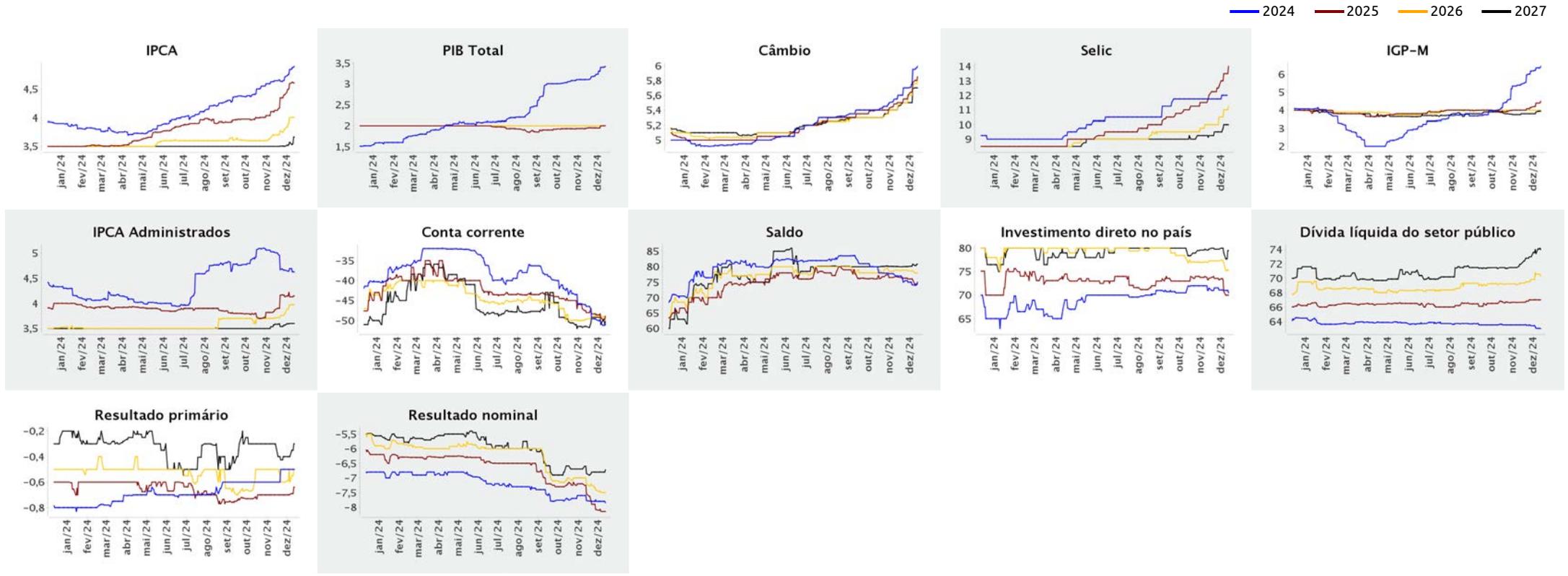
Expectativas de Mercado

13 de dezembro de 2024

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado	2024							2025							2026					2027				
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **
IPCA (variação %)	4,64	4,84	4,89	▲ (3)	151	4,93	52	4,12	4,59	4,60	▲ (9)	148	4,63	52	3,70	4,00	4,00	= (1)	134	3,50	3,58	3,66	▲ (2)	121
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	3,10	3,39	3,42	▲ (4)	114	3,49	31	1,94	2,00	2,01	▲ (2)	112	2,10	31	2,00	2,00	2,00	= (71)	87	2,00	2,00	2,00	= (73)	78
Câmbio (R\$/US\$)	5,60	5,95	5,99	▲ (2)	118	6,00	40	5,50	5,77	5,85	▲ (7)	117	5,90	39	5,47	5,73	5,80	▲ (5)	96	5,45	5,69	5,70	▲ (2)	83
Selic (% a.a)	11,75	12,00	-					12,00	13,50	14,00	▲ (5)	142	14,50	64	10,00	11,00	11,25	▲ (3)	125	9,25	10,00	10,00	= (1)	107
IGP-M (variação %)	5,45	6,35	6,45	▲ (15)	80	6,48	30	4,00	4,40	4,50	▲ (4)	78	4,51	29	4,00	4,00	4,00	= (20)	64	3,80	3,90	3,93	▲ (2)	58
IPCA Administrados (variação %)	5,01	4,69	4,62	▼ (1)	100	4,65	25	3,87	4,13	4,15	▲ (1)	99	4,20	25	3,72	3,97	3,98	▲ (5)	70	3,59	3,60	3,60	= (1)	60
Conta corrente (US\$ bilhões)	-46,47	-50,50	-50,25	▲ (1)	30	-49,79	10	-48,00	-49,30	-48,90	▲ (1)	29	-48,50	10	-49,70	-49,50	-50,00	▼ (2)	23	-51,48	-51,00	-51,00	= (1)	16
Balança comercial (US\$ bilhões)	76,99	74,15	75,00	▲ (1)	31	75,00	9	76,65	75,70	74,37	▼ (4)	27	74,00	9	78,86	78,73	78,00	▼ (1)	21	80,05	80,83	80,83	= (1)	15
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	71,50	71,05	70,50	▼ (3)	29	70,00	11	73,56	70,80	70,00	▼ (3)	27	70,00	11	77,30	77,00	75,25	▼ (2)	22	79,80	79,00	79,50	▲ (1)	16
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	63,50	63,04	63,00	▼ (4)	33	63,29	10	66,65	67,00	67,00	= (2)	33	67,66	10	69,28	70,50	70,32	▼ (1)	30	72,00	73,45	74,00	▲ (5)	23
Resultado primário (% do PIB)	-0,60	-0,50	-0,50	= (3)	43	-0,60	13	-0,70	-0,70	-0,64	▲ (1)	41	-0,51	12	-0,50	-0,60	-0,50	▲ (1)	36	-0,30	-0,40	-0,30	▲ (1)	27
Resultado nominal (% do PIB)	-7,78	-7,80	-7,85	▼ (1)	31	-8,00	10	-7,55	-8,15	-8,15	= (1)	30	-8,35	10	-7,21	-7,50	-7,50	= (1)	27	-6,85	-6,80	-6,72	▲ (1)	20

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis





Expectativas de Mercado

13 de dezembro de 2024

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado

	dez/2024						jan/2025						fev/2025						Infl. 12 m suav.					
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,54	0,57	0,58	▲ (3)	151	0,61	0,44	0,04	0,02	▼ (3)	145	0,01	0,63	1,20	1,26	▲ (5)	143	1,27	4,14	4,64	4,68	▲ (10)	140	4,79
Câmbio (R\$/US\$)	5,60	5,95	5,99	▲ (2)	118	6,00	5,54	5,90	5,95	▲ (9)	108	5,96	5,51	5,89	5,92	▲ (9)	108	5,93	-	-	-	-	-	-
Selic (% a.a.)	11,75	12,00	-	-	-	-	12,25	12,75	13,00	▲ (2)	140	13,25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IGP-M (variação %)	0,49	0,76	0,85	▲ (2)	80	0,88	0,39	0,46	0,48	▲ (4)	75	0,49	0,35	0,40	0,41	▲ (3)	74	0,45	4,22	4,63	4,59	▼ (1)	73	4,61

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

— dez/2024 — jan/2025 — fev/2025

